

Uma estranha obsessão

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem uma obsessão, que exibiu mais uma vez na entrevista que deu segunda-feira à TV Bandeirantes: ser derrubado por falta de apoio do Congresso. Diz isso sempre que se discute a qualidade de seu Ministério que, por causa do loteamento partidário e de alguns temores e convicções pessoais, abriga considerável plantel de nulidades. Quando não de inadequações explícitas, como é o caso do Ministério da Justiça.

Nesse raciocínio, o presidente cita os últimos chefes de Governo que, na visão dele, caíram por mau relacionamento parlamentar: Jânio Quadros, João Goulart e Fernando Collor de Mello. Coincidentemente, quando caíram os três não privavam mesmo de apreço majoritário por parte do Parlamento, mas foram ao fundo por outros motivos. Ou seja, o mau relacionamento foi a consequência e não a causa. Pode-se dizer resumidamente que um vitimou-se por ausência de sanidade, outro entregou-se em holocausto e o terceiro caiu de podre.

A comparação que Fernando Henrique faz, portanto, não justifica a estranha e inútil obsessão por seguir a ferro e fogo os ditames da aliança partidária que o sustenta. Reza a lei Fernando Henrique Cardoso que qualquer mudança tende sempre a piorar o quadro. Ele tem razão, por exemplo, no que se refere ao Ministério que foi piorando sensivelmente a cada mudança.

A única aquisição que rendeu ganhos ao governo foi a de José Serra, na Saúde. Hoje nem o próprio ministro, cujo esporte preferido é discordar de FH, seria capaz de deixar de reconhecer que o presidente estava certo quando insistia para que ele pusesse de lado a fixação com a economia.

O problema daquela lei presidencial é que seu inventor não percebe que é também o único agente capaz de mudar seu enunciado e, com isso, alterar os resultados. Traduzindo: o arbítrio sobre a qualidade das mudanças está nas mãos do presidente, que acaba invertendo o ensinamento segundo o qual não se mexe em time que está ganhando. Considerando que o time está perdendo, a paralisia só impõe maiores derrotas ao chefe da equipe.

Ao PMDB, ao PFL, ao PPB e até ao PSDB interessa garantir as vagas, mas o compromisso com o resultado final é do presidente. É dele que as pesquisas de opinião cobram a fatura.

Se resolvesse do dia para a noite mudar de estilo e compor um Ministério pelo menos à altura de si mesmo, Fernando Henrique não teria prejuízo algum. Ao contrário, porque, se a isso correspondesse um *upgrade* na percepção a respeito das ações do governo, os partidos não teriam opção a não ser compartilhar docemente os benefícios políticos.

Tal e qual aconteceu com o Plano de Estabilização, que serviu de amálgama à aliança sem que a ela tivessem sido pedidas sugestões a respeito.

E o problema fundamental da mudança do Ministério talvez esteja justamente no fato de o presidente não fazê-la no momento preciso em que a necessidade se apresenta. O assunto sempre fica no limbo – assim meio público, meio reservado – durante um longo período em que as pressões aparecem, os interesses atuam e o objetivo final acaba não sendo alcançado.

Tomemos o exemplo do Ministério do Desenvolvimento. O presidente anunciou sua intenção de criá-lo, como pasta da Produção, em outubro e deixou que o nome do escolhido ficasse exposto ao sol e à chuva. Dois meses depois, não restava mais nada de Luiz Carlos Mendonça de Barros, e do ministério sobrava apenas um arremedo.

Agora ocorre o mesmo. O presidente sabe que precisa mudar mas, no lugar de tomar a decisão e pronto, permite que a discussão se espalhe e seja de tal forma revolvida que aí, de fato, fica totalmente inviável qualquer reforma decente.

A questão agora é que Fernando Henrique não tem muita gordura para queimar, está no osso. Sua figura como protagonista único não está mais garantindo nem uma bilheteria razoável. E sem elenco coadjuvante de primeira, aos olhos do público o espetáculo sempre parecerá chinfrim.